



SUDÃO: UMA CRISE SEM FIM

O conflito no Sudão tem raízes profundas de violência política e grandes impactos dentro e fora das fronteiras, designadamente com as deslocções forçadas e a crise humanitária prolongada. A fragmentação e instrumentalização das tentativas de mediação contribuem para os fracos resultados na construção da paz.

O mais recente conflito de larga escala a assolar o Sudão opõe as Forças Armadas Sudanesas e o grupo paramilitar Forças de Suporte Rápido (comumente designadas pelas siglas SAF e RSF, em inglês *Sudanese Armed Forces* e *Rapid Support Forces*), lideradas, respetivamente, pelo General Abdel Fattah al-Burhan e por Mohamed Hamdan “Hemedti”.

Esta luta pelo poder constitui mais um reflexo das tensões subjacentes ao controlo do Estado sudanês, tanto no que concerne ao aparato político como aos vastos recursos naturais do país. O percurso tumultuoso do Sudão remonta à conquista da sua independência em 1956 e, desde então, o extenso território sudanês e a sua diversidade étnico-religiosa têm imposto desafios significativos ao país, particularmente evidenciados pela divisão entre o norte e o sul – este último constituindo hoje o Sudão do Sul – que levou a décadas de guerras civis com consequências devastadoras.

A ditadura de Omar al-Bashir, que durou durante trinta anos e terminou em 2019, agravou significativamente os conflitos internos no Sudão, com particular destaque para o conflito na região de Darfur. Este foi classificado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) como um crime de genocídio, considerado um dos mais graves crimes internacionais sob a jurisdição deste tribunal. Este episódio culminou na emissão de um mandado de captura internacional contra o ex-presidente sudanês, evidenciando a gravidade das atrocidades cometidas durante o seu regime.

Violência política

A RSF tem as suas origens na milícia Janjaweed e ganhou um papel de destaque durante o governo de al-Bashir, estando envolvida em inúmeras atrocidades no Darfur e garantindo, dessa forma, inte-

resses económicos estratégicos, especialmente através da mineração de ouro. Paradoxalmente, a RSF – que outrora se aliara a al-Bashir – participou no *coup d'état* que culminou na sua destituição em 2019, ao lado da SAF, inaugurando um governo de transição conjunto liderado por Burhan e Hemedti. Contudo, este período de transição foi marcado por instabilidade contínua, incluindo a detenção e destituição do primeiro-ministro Abdalla Hamdok em outubro de 2021, o que desencadeou protestos contra a persistente influência militar no poder; e estes protestos forçaram a SAF e a RSF a reintegrá-lo no cargo em Novembro do mesmo ano, ainda que de forma breve.

O caos no Sudão também serve como plataforma para o tráfico de seres humanos, transformando o país num potencial ponto de trânsito para refugiados e requentes de asilo com destino à Europa, passando por países como a Líbia.

Os esforços para uma transição para um regime democrático prosseguiram, motivados pelos protestos em massa dos habitantes de Cartum, capital do país, sempre reprimidos com violência pela SAF. O ano de 2022 ficou marcado por negociações sobre o futuro da governação sudanesa, culminando num acordo, assinado em dezembro de 2022, que estabelecia as bases para a transição do poder para a esfera civil, com a realização de eleições nacionais previstas num plano a executar em dois anos. No entanto, a implementação deste plano começou

de forma desastrosa: desde o início, o acordo demonstrou fragilidades na definição clara da forma e do prazo para a integração da RSF na SAF, uma questão controversa devido às visões divergentes dos líderes de ambos os lados.

Este impasse fomentou a luta pelo poder e bloqueou a transição previamente negociada, um cenário agravado pela influência de atores externos, como o envolvimento do Grupo Wagner (atuando em nome da Federação Russa) e dos Emirados Árabes Unidos. A escalada de violência em abril de 2023 evidenciou a fragilidade do processo de transição democrática no Sudão, exacerbada pela intervenção de atores externos, comprometendo não só a já precária estabilidade interna do país, como a estabilidade regional de forma mais ampla, particularmente na volátil região do Corno de África.

Impacto dentro e fora das fronteiras

Como acontece em qualquer conflito armado, o maior e mais imediato impacto é sentido pelas populações inocentes, os civis. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)¹, apenas o primeiro mês de conflito levou à deslocção de perto de um milhão de pessoas. Um ano e meio depois, já se contabilizam mais de 11,5 milhões de pessoas entre deslocados internos, requerentes de asilo e refugiados, incluindo centenas de milhares de crianças vulneráveis, forçadas a abandonar as suas casas em busca de segurança, agravando uma crise humanitária profundamente complexa.

A mesma agência estima que metade da população sudanesa – cerca de 25 milhões de pessoas – necessita de assistência humanitária e de proteção. Esta situação é agravada pela escassez extrema de água, alimentos, medicamentos e combustível, sendo que mais de metade

da população vive em situação de insegurança alimentar severa, incluindo 8,5 milhões de pessoas que sobrevivem em níveis de emergência.

A deslocação em massa desencadeada por esta crise humanitária tem impacto direto dentro e fora das fronteiras do Sudão: cerca de 8,5 milhões de deslocados internos permanecem no território sudanês, enquanto outros 3 milhões de requerentes de asilo e refugiados procuram abrigo em países limítrofes. O Egito recebeu a maior parte destes refugiados (cerca de 1,2 milhões), seguido do Chade, do Sudão do Sul, da Líbia, do Uganda e da Etiópia que receberam os restantes. No caso particular do Sudão do Sul, muitos dos que regressam são cidadãos sul-sudaneses que anteriormente residiam no Sudão como refugiados.

Os impactos nos países vizinhos manifestam-se a vários níveis e influenciam a dinâmica regional e internacional. O Egito, que acolheu até à data o maior número de refugiados, mantém laços estreitos com o Sudão e está especialmente preocupado com a escalada do conflito, temendo que a instabilidade política possa ter um efeito de contágio no seu território, num

momento em que enfrenta uma conjuntura político-económica desafiante. Além disso, o Rio Nilo, que nasce no Sudão e atravessa vários países da região, é uma fonte de preocupações, particularmente devido à potencial poluição das águas – vitais para a população egípcia – causadas pelas perturbações originadas pelo conflito.

O caos no Sudão também serve como plataforma para o tráfico de seres humanos, transformando o país num potencial ponto de trânsito para refugiados e requerentes de asilo com destino à Europa, passando por países como a Líbia. Esta situação aumenta os receios quanto à segurança regional e contribui para o crescimento global do tráfico humano, particularmente em África.

A comunidade internacional enfrenta, igualmente, desafios significativos decorrentes deste conflito, especialmente no contexto atual. A proximidade do Sudão ao Kremlin, por exemplo, levanta preocupações sobre uma possível instrumentalização da crise sudanesa para favorecer os interesses estratégicos russos, sobretudo no quadro do conflito na Ucrânia. Teme-se que a Rússia possa

explorar o conflito no Sudão para apoiar as suas pretensões, utilizando-o como meio para reforçar a sua influência no continente africano e conquistar aliados que legitimem as suas ações e visão do sistema internacional².

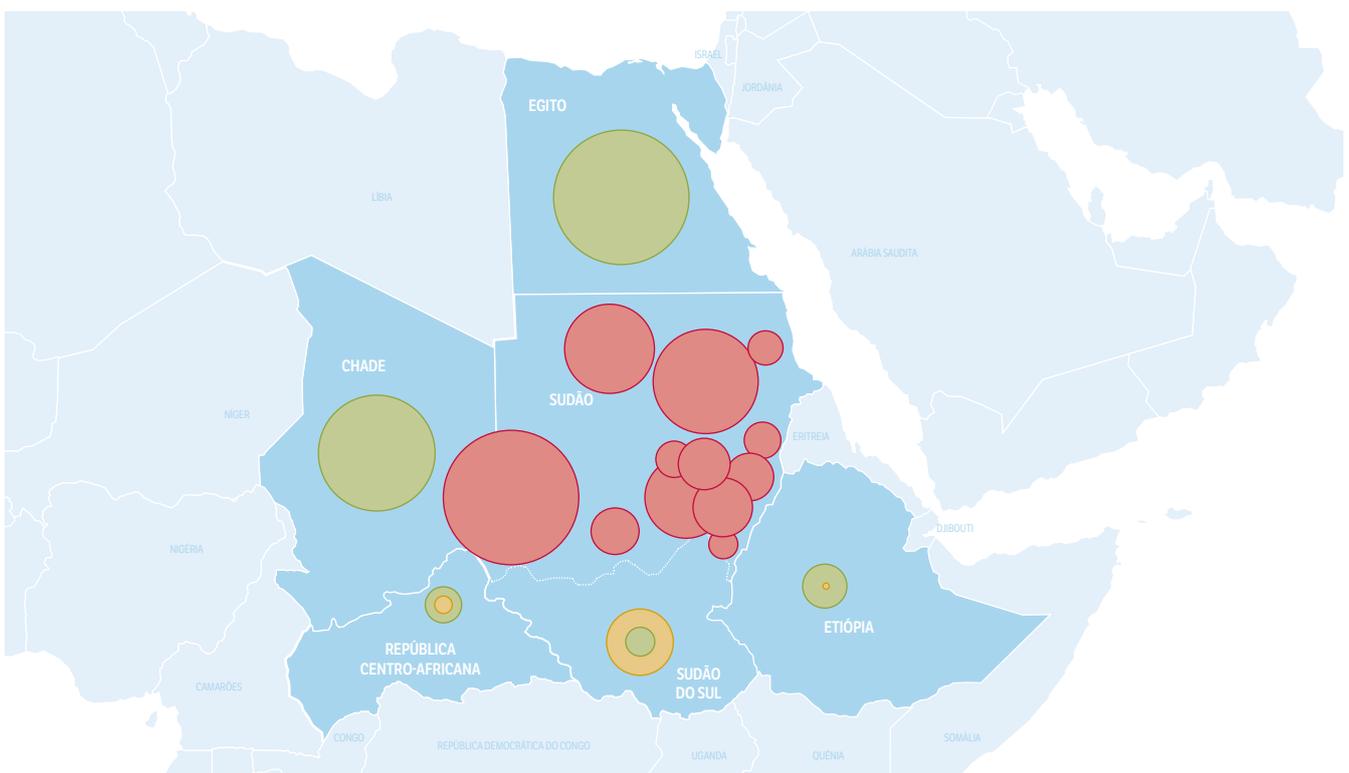
A mediação enquanto barreira para a paz

Os esforços de mediação no Sudão enfrentam desafios profundos, com uma proliferação de iniciativas externas que, em vez de promoverem uma solução, muitas vezes fragmentam os diálogos de paz e perpetuam o conflito. Desde o início das hostilidades em abril de 2023, várias partes interessadas no resultado do conflito, tanto regionais como internacionais, têm tentado intermediar uma resolução, mas os interesses divergentes e a falta de coordenação entre os mediadores têm dificultado avanços significativos. Logo em maio de 2023, os Estados Unidos e a Arábia Saudita lideraram conversações em Jeddah, envolvendo representantes das SAF e das RSF. Paralelamente, a nível regional, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), sob a liderança do Presi-

FIGURA 1. DESTINO DAS PESSOAS IMPACTADAS PELO CONFLITO

Fonte: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), novembro de 2024, disponível em <https://www.unrefugees.org/news/sudan-crisis-explained/>.

● Refugiados e requerentes de asilo ● Refugiados que regressaram ● Deslocados internos no Sudão





dente do Quênia, lançou uma plataforma de diálogo própria. Contudo, a exclusão do Egito e do Chade, dois dos países mais afetados pelos fluxos de refugiados, levou esses Estados a criarem uma iniciativa dos países vizinhos, reunindo os Chefes de Estado no Cairo. Além disso, a União Africana iniciou uma iniciativa centrada na população civil, enquanto que as Nações Unidas propuseram um modelo de “mecanismo alargado”, envolvendo 25 Estados e o IGAD, numa tentativa de abordar o conflito de forma inclusiva.

Esta proliferação de iniciativas exemplifica a prática de *forum shopping*, em que as elites sudanesas instrumentalizam as diferentes iniciativas de mediação para obter vantagens políticas e diluem, concomitantemente, a influência dos mediadores. Este fenómeno não é novo no Sudão: desde os acordos de paz de 2005, tem sido recorrente o aproveitamento estratégico das negociações para reforçar posições internas. No caso da plataforma de Jeddah, por exemplo, a exclusão de atores periféricos foi pensada para acelerar um acordo entre as principais partes beligerantes, mas a ausência de vontade política das partes envolvidas comprometeu qualquer progresso.

A fragmentação dos esforços de mediação e a multiplicidade de agendas concorrentes destacam as barreiras estruturais à paz no Sudão. A falta de coordenação entre os mediadores, associada aos interesses divergentes dos países envolvidos, dificulta a formulação de uma abordagem unificada e eficaz. Este cenário reflete não apenas a complexidade do conflito, mas também as limitações da mediação internacional, num ambiente marcado pela competição por influência regional e global.

A paz necessária

O Conselho de Segurança das Nações Unidas debateu³, em Novembro de 2024, uma proposta de resolução apresentada pelo Reino Unido⁴, que presidia ao órgão naquele mês. A resolução exigia o fim imediato das hostilidades no Sudão e apelava à garantia de acesso seguro, célere e irrestrito à ajuda humanitária para as populações afetadas. A iniciativa britânica surgiu no contexto de uma crise humanitária sem precedentes, instando as RSF a cessarem as ofensivas e ambas as partes a facilitarem a entrega de aju-

da humanitária, incluindo o acesso pela passagem fronteiriça do Adre, no Chade. Esta passagem, crucial para o envio de auxílio à região de Darfur, estava com autorização de acesso concedida pelas autoridades sudanesas prestes a expirar em meados de Novembro. A resolução também enfatizava a necessidade de manter todas as fronteiras abertas à assistência humanitária enquanto subsistirem necessidades, sem qualquer tipo de restrições.

A fragmentação dos esforços de mediação e a multiplicidade de agendas concorrentes destacam as barreiras estruturais à paz no Sudão.

O Conselho de Segurança já tinha adotado duas resoluções anteriores sobre o Sudão⁵, ambas a exigirem o cessar imediato das hostilidades e o acesso humanitário. Contudo, a efetividade dessas medidas revelou-se limitada devido à falta de vontade política das partes envolvidas e à postura apática de atores externos, como a Rússia, que se absteve em ambas as ocasiões. Desta vez, o desfecho foi ainda mais dramático: o veto da Federação Russa inviabilizou a adoção da nova resolução, apesar de esta ter sido aprovada pelos restantes catorze membros, incluindo os outros quatro membros permanentes do Conselho de Segurança.

Esta nova resolução procurava reforçar a pressão internacional sobre os líderes do conflito, sublinhando a urgência de ações concretas para proteger os civis e assegurar o fluxo contínuo de ajuda humanitária. A sua adoção representaria um passo crucial para aliviar o sofrimento da população sudanesa, cujo martírio evidencia a fragilidade de um consenso internacional cada vez mais fragmentado. ●

Notas

¹ Fonte dos dados: <https://www.unrefugees.org/news/sudan-crisis-explained/>

² Khairunnisa, B. W. (2023). Conflict Resolution In Sudan and Its Impacts On The International Scale. *Jurnal El Tarikh – Journal of History, Culture and Civilization*, 87-94, <https://ejournal.radenintan.ac.id/index.php/eltarikh>

³ Sessão 9786, realizada no dia 18 de Novembro de 2024, disponível no website das Nações Unidas: <https://shorturl.at/hJV8v>

⁴ Proposta de resolução apresentada pelo Reino Unido, <https://digitallibrary.un.org/record/4051925?v=pdf&ln=en>

⁵ Resoluções R/RES/2724 e R/RES/2736, disponíveis em https://www.securitycouncilreport.org/un_documents_type/security-council-resolutions/?ctype=Sudan&cbtype=sudan